R\$-400,00 (Quatrocentos reais) pelo dano causado ao erário e R\$-400,00 (Quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente do débito e das multas, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

RESOLUÇÃO Nº. 17.472

Processo nº.2007/53979-4

Assunto: Consulta formulada pelo Major QOPM MAURO ALVES PINHEIRO, Presidente da Comissão Permanente de Controle Interno da Polícia Militar do Pará, acerca da possibilidade de servidor suprido autorizar outro servidor a receber no Banco, o valor de Ordem Bancária daquela instituição.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: R E S O L V E M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 26, Inciso IX, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993 c/c o art. 2º, § 2º do Anexo da Resolução nº. 16.660/2002-TCE, responder a presente consulta dando conhecimento ao jurisdicionado da impossibilidade de se transferir a responsabilidade do suprido a outro servidor, em razão da mesma ser pessoal, intransferível e indelegável.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 24 de janeiro de 2008, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº. 42.773

Processo: 2002/53139-8

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 258/01, celebrado entre a Prefeitura Municipal de PRIMAVERA e a SEPLAN.

Responsável: Sr. SELSO LUIS DOS SANTOS GOMES, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 253.800,00 (duzentos e cinquenta e três mil e oitocentos reais) e aplicar ao Sr. SELSO LUIS DOS SANTOS GOMES, Prefeito à época, CPF nº. 174.106.812-68, a multa de R\$ 25.660,00 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b", e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 42.774

Processo: 2003/51135-2

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 216/02, firmado entre a Prefeitura Municipal de JURUTI e a SEPLAN.

Responsável: Sr. ISAIAS BATISTA FILHO, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), e aplicar ao Sr. Isaias Batista Filho, Prefeito à época (C.P.F. nº 071.890.012-04), multa na importância de R\$ 7.660,00 (Sete mil reais, seiscentos e sessenta reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3ª da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 42.775

Processo: 2003/51426-0

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 150/2002 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES e a SAGRI.

Responsável: Sr. LUIZ FURTADO REBELO Prefeito.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº.

Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$-150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), e aplicar ao Sr. LUIZ FURTADO REBELO, Prefeito à época, C.P.F. nº. 103.568.192-12, multa no valor de R\$-15.000,00 (Quinze mil reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 42.776

Processo: 2003/53597-3

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 606/02 e Termo Aditivo, firmados entre a Prefeitura Municipal de BOM JESUS DO TOCANTINS e a SEPLAN.

Responsável: Sra. LUCIENE GERALDA REZENDE VERAS, Prefeita.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II, c/c o art. 74, incisos VI e VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), e aplicar à Sra. Luciene Gerada Rezende Veras, Prefeita (C.P.F. nº. 233.159.621-20), multa na importância de R\$ 3.450,00 (Três mil, quatrocentos e cinquenta reais), pela instauração da tomada de contas, e a Sra. MARILÉA FERREIRA SANCHES, Secretária Executiva de Planejamento e Coordenação Geral à época, (C.P.F. nº. 036.556.872-42), multa de R\$ 1.725,00 (Hum mil, setecentos e vinte e cinco reais) pela ausência de relatório da execução da obra, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente das multas, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3ª da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 42.777

Processo: 2005/51225-4

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 060/2003 e termo aditivo firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE BOI e a SEPOF.

Responsável: Sr. CLÁUDIO AUGUSTO MARTINS DE BARROS PEREIRA, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$-133.482,45 (Cento e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), e aplicar ao Sr. CLÁUDIO AUGUSTO MARTINS DE BARROS PEREIRA, Prefeito à época., C.P.F. nº. 095.067.302-10, multa no valor de R\$-13.600,00 (Treze mil e seiscentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 42.778

Processo nº 2004/53844-5

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 146/04, celebrado entre a COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DE JACUNDÁ e a ASIPAG.

Responsável: Sr. IVES DE ASSIS BORGES, Presidente.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, inc. "a" c/c o art. 73 da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), devendo o Sr. IVES DE ASSIS BORGES, Presidente, CPF nº. 244.415.972-15, recolher a importância de R\$ 919,00 (novecentos e dezenove reais), atualizada a partir de 26.06.2004, e aplicar a multa de

R\$ 200,00 (duzentos reais), pelo dano causado ao Erário, a serem recolhidas no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente do débito e da multa, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b", e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 42.779

Processo nº 2005/50733-4

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 081/04, firmado entre a Prefeitura Municipal de MARITUBA e a SEPOF.

Responsável: Sr. ANTONIO ARMANDO AMARAL DE CASTRO, Prefeito.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alínea "b" c/c os arts. 41 e 73, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas, e condenar o Sr. Antônio Armando Amaral de Castro, Prefeito (C.P.F. nº. 124.386.002-25) a devolução da importância de R\$ 26.123,83 (vinte e seis mil, cento e vinte e três reais e oitenta e três centavos), atualizada a partir de 06.08.2004, e aplicar a multa de R\$ 2.612,38 (dois mil, seiscentos e doze reais e trinta e oito centavos), pelo dano causado ao erário, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente de débito e da multa, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3ª da constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 42.780

Processo: 2003/51803-4

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 014/2002 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI e a SAGRI.

Responsável: Sr. ACHILES IGACIALAGUTI, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. no art. 38, inciso III, alínea "a, b, c" c/c os arts. 41, 73 e 74, incisos VI e VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas, e condenar o Sr. ACHILES IGACIALAGUTI, Prefeito à época, (C.P.F. nº. 042.011.086-00), ao pagamento da importância de R\$-485,37 (Quatrocentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), devidamente atualizada e aplicar as multas de R\$-400,00 (Quatrocentos reais) pelo dano causado ao erário e R\$-400,00 (Quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, e ao Sr. ANTÔNIO FERNANDO SOUZA REIS, técnico da Secretaria Executiva de Agricultura, multa de R\$-400,00 (Quatrocentos reais), pela emissão de laudo de conclusão do convênio inverídico, uma vez que o objeto do convênio não foi executado, a serem recolhidas no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente do débito e das multas, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 42.781

Processo: 2003/53618-2

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 128/02, celebrado entre a Prefeitura Municipal de SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ e a SEDUC.

Responsável: Sr. RAIMUNDO CELSO RODRIGUES DA CRUZ, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, inc. "a", c/c o art. 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e aplicar ao Sr. RAIMUNDO CELSO RODRIGUES DA CRUZ, Prefeito à época, CPF nº. 042.385.912-91, a multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida